



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

## **DIREITO FUNDAMENTAL À JUSTIÇA E SISTEMAS DE JUSTIÇA**

**J.O. CARDONA FERREIRA <sup>(1)</sup>**

**I** – Podemos começar por dizer: no princípio, era a Justiça.

Em verdade, o que desejo reflectir arranca da ideia de Justiça. Todos podemos ter uma perspectiva do que significa. Mas, mesmo conceptualmente, é algo que tem sido discutido ao longo dos tempos e dos espaços. Fiquemo-nos, para simplificar, numa perspectiva dita aristotélico-tomista: virtude moral de dar ou de fazer a outrém, o que lhe é devido. Será, creio, o que, usualmente, se traduz pela ideia do “suum quique tribuere”.

Simplemente, isto que parece ser tão simples de dizer é bem complicado nos casos concretos. Em verdade, trazendo à colação Chaïm Parelman <sup>(2)</sup>, aquela expressão significaria:

- A cada um, a mesma coisa?
- A cada um, segundo os seus méritos?
- A cada um, segundo as suas obras?
- A cada um, segundo as suas necessidades?
- A cada um, segundo a sua posição?
- A cada um, segundo o que a lei lhe atribui?

O mesmo Autor, vem a distinguir, na Justiça, três elementos: o *valor* que a fundamenta, a *regra* que a enuncia, o *acto* que a realiza.

Tenho para mim que, dos três elementos, tudo parte do *valor* e tudo se evidencia, ou não, no *acto concreto*.

---

<sup>1</sup> - **Juiz Conselheiro Jubilado, Ex-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Presidente do Conselho dos Julgados de Paz**

<sup>2</sup> - **Ética e Direito, 18 e segs.**



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

Por outro lado, a Justiça não pode prescindir da regra, sob pena de se cair na insegurança e no arbítrio. Mas não pode ser limitada pela *estática* da regra ou pelo formalismo do ritual. Porventura como tudo o que é humano, a Justiça é um ideal inatingível em termos absolutos porque, para ser realizada, deveria tranquilizar, atempadamente, *todas* as pessoas. Daí que, a meu ver, se tenha de considerar a regra, a Lei, à luz de todo o circunstancialismo concreto a que tem de ser aplicada, mas caldeando a *Lei* pelo sentimento do justo (dir-se-ia, à luz de uma noção lata de *Direito*) e, aliás, procurando a solução tão mais aceitável quanto possível pelo inato sentido de *Justiça* de cada um, sem eliminar a Lei, mas procurando que a vida influencie o sentido e, mais, a aplicação desta, do mesmo modo que a Lei procura influenciar a vida <sup>(3)</sup>. E é aqui que, através de um certo entrosamento de Direito, com ética e equidade, podemos chegar a uma noção lata de Justiça do caso concreto.

Simplificando, diria que Justiça é a solução de um diferendo que se alcança quando os Cidadãos comuns, *conhecedores dos factos e reflectindo com boa fé*, pensem e sintam que a solução está certa.

Isto, creio, é o que subjaz, a propósito, genericamente, de Justiça, em tantos textos internacionais <sup>(4)</sup> e nacionais e, neste particular, mormente *no art.º 20º da Constituição da República Portuguesa (C.R.P.)*, prescrevendo que o direito cívico de acesso ao Direito e à tutela jurisdicional efectiva é um *direito fundamental*. Donde, o direito à Justiça é essencial à Cidadania e à Democracia.

Outrossim, para não se quedar num conceptualismo inútil e numa *estática antinómica da vida*, é na *vivificação do Direito*, na solução dos *casos concretos*, que se reflecte, ou não, Justiça. Podemos ter, de Justiça, uma ideia geral, podemos, até, chegar à conclusão, do ponto de vista estatístico, que se vai

---

**<sup>3</sup> - Muito tem sido escrito sobre o assunto. Limito-me a citar, além de Chaïm Perelman, “Ética e Direito”, François Ost, “O Tempo do Direito”; embora procure expressar o que eu próprio penso de tão complexa matéria.**

**<sup>4</sup> - Designadamente na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), na Convenção dos Direitos do Homem (1950), no Tratado Constitucional da U.E. (2004), mormente na parte em que acolheu a Carta dos Direitos Fundamentais (Parte II).**



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

fazendo Justiça; que, em rigor, é nos casos concretos, perante não papel, mas gente sensível e de carne e osso, que se pode constatar se há, ou não há, Justiça. É a Justiça do caso concreto. E não nos esqueçamos de que, para cada caso que aparece na comunicação social, há milhares e milhares que vivem no silêncio, sem que os seus dramas sejam inferiores aos que merecem parangonas, vendas de jornais e audiências atentas. Poderia contar uns tantos casos que me angustiam, mas não quero alongar-me demasiado.

Como assim, partindo embora de uma ideia geral una, abstracta, *ainda que não fechada*, de Justiça, diria que é face aos casos concretos <sup>(5)</sup> e à sua imagem através do crivo dos sentimentos e dos raciocínios prevalecentes que se preenche, mais claramente, a noção de Justiça que, assim, por estranho que pareça, *para além de todas as deduções, bebe a sua seiva determinante por uma raiz indutiva*.

II – Isto compagina-se com a minha convicção de que, se a *Justiça*, como ideal e como valor a se, é uma <sup>(6)</sup>, os *sistemas* para a alcançar são os mais diversos, sob pena, se assim não fosse de, logo à partida, se desconsiderar o caso concreto com todas as suas vertentes.

Curiosamente, a expressão “sistema” talvez não seja menos discutível que “Justiça”. Mas, procurando não complicar com introduções pela Economia, pela Física ou por outros campos científicos, e virando-me para uma perspectiva genérica adequável à jurisdição sobre a qual ora me debruço, quedo-me por uma noção que tenho por segura: sistema é um conjunto de “entidades” (itens) que se encontram organizadas, ordenando-se para a realização de certa (ou certas) finalidades <sup>(7)</sup>.

Interligando *Justiça* com *sistemas*, diria que sistemas são os caminhos, os meios, as actividades (ou seja: os conjuntos de actos), harmonizados para a obtenção do desiderato Justiça, seja em geral, seja sectorialmente; o que vale por

---

<sup>5</sup> - **O que pressupõe um tempo e um espaço determinados.**

<sup>6</sup> - **Ainda que tendo em atenção os tempos e os espaços**

<sup>7</sup> - **Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 17,287**



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

dizer que estes sistemas só relevam na medida em que se dirijam, claramente, para o destino *Justiça e seja, esta, a causa-final deles*.

Isto parece corresponder ao sentido processual e instrumental por um lado (sistema), e substantivo por outro (Justiça).

Há algo de familiar no que quero dizer, mas vou além dessa simplicidade.

É que Justiça, como já aflorei, ultrapassa a substancialidade da norma e, até, do Direito, e o sistema que a procure ultrapassa a compartimentação de um processo.

Justiça é um valor ético-jurídico.

Sistema é um ordenamento geral que, por sua vez, se traduzirá por uma ou mais tramitações e que, *para ser jurídico*, não pode deixar de ter, também ele, uma vertente ética.<sup>(8)</sup>

Concretizo:

Posso aplicar e reconhecer um direito substantivo e posso não ter alcançado Justiça. Basta, por exemplo, que tal tenha ocorrido em tempo não razoável que, por sua vez, tenha trazido outras questões.

Posso ter um sistema, presuntivamente eficaz para alcançar soluções até justas em si próprias mas que, inaceitavelmente, tenda a este desiderato por meios violentadores de outros direitos fundamentais.

Estas são situações injustas.

Posto isto.

**III** - Deixemo-nos, agora, de restritas mas, ainda assim, demasiadas abstracções.

Pensemos que Justiça, enquanto valor, todos decerto a desejamos. Mas resta saber como.

---

<sup>8</sup> - Já L. Cabral Moncada dizia que o Direito (e estamos a falar de sistemas jurídicos, logo, tributários do Direito), ia dizendo, o Direito “tem de se naturalizar primeiramente cidadão da república da Ética, se quiser conseguir aquele mínimo de validade e eficácia que lhe são necessárias para poder socialmente cumprir a sua missão”: *Filosofia do Direito e do Estado*, II, 293.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

Se quisermos um símbolo dos diferentes modos de ver – a palavra “ver” vem a propósito – o “como”, pensemos na imagem da Justiça, tradicionalmente – diria, *redutoramente* – de olhos fechados ou vendados e, por outro lado, a Justiça de olhos bem abertos como, seguramente, a idealizo e a prefiro. Não concebo um farol apagado. Um farol, para sê-lo, necessita de luz. Luz, para a Justiça, irradia a essencialidade de olhar e ver.

*Isto quer dizer* que a legitimidade dos sistemas depende, apenas, de serem consentâneos com a obtenção de Justiça <sup>(9)</sup>, mas *tanto* no resultado *como* na metodologia.

Outrossim, há sistemas mais preocupados com a imagem de imparcialidade, o racionalismo, a diferença de posições; e outros sistemas mais comprometidos com a chamamento dos interessados a uma inter-conjugação de posições, ao bem ver para bem saber, à sensibilidade que conduza e provoque compreensão. Ou seja: o “suum quique tribuere” pode ser uma *causa-final ou, apenas, um meio para se atingir o fim* que será a realização de paz individual e social.

Todos os sistemas que tendem a respeitar o ideal de Justiça e que o façam justamente são, como aflorei, legítimos. E, mais do que isso, são necessários. Porque, se os problemas são diversos, *só por formalismo irracional se poderia reduzir todos os procedimentos a um só sistema*.

É por isso que tenho por seguro que o sistema de Justiça a que se teima em chamar “tradicional”<sup>(10)</sup>, e a que, genericamente, chamo “Comum”, *é o fundamental e continuará a sê-lo*, ainda que *carente de uma refundação* que o desformalize e pragmatize de modo adequado ao século XXI.

Mas, ao lado deste, temos de admitir, garantir e respeitar outros sistemas que, por não serem o Comum, estão crismados de Meios Alternativos de Resolução de

---

<sup>9</sup> - **O que, concretizando, em Portugal, aqui e agora, signifique a realização do direito fundamental tal como o tipifica e particulariza o art.º 20 da C.R.P.**

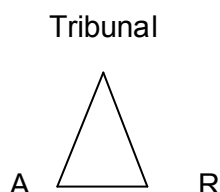
<sup>10</sup> - **Quando a verdade é que só é “tradicional”, perante a conjuntura dos tempos, para as gerações posteriores ao liberalismo.**



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

Litígios ou, noutros literalismos, de Diferendos ou de Conflitos <sup>(11)</sup>, e a que prefiro chamar, simplesmente, *Meios Alternativos ou Extrajudiciais de Justiça*.

*Meios Alternativos ou Extrajudiciais* porque são *diferentes* do Sistema Comum (e, mais concretamente, do Judicial) <sup>(12)</sup> de Justiça. São diferentes, desde logo, na medida em que, ao “tradicional” triângulo da relação jurídica processual,



Quanto a mim, se substitui uma linha



em que não pode deixar de haver alguém investido nas funções de “*primus*”, mas “*inter-pares*”, *dirigindo, orientando, porventura resolvendo mas, acima de tudo, procurando integrar-se* nas diferenças entre o iniciador do diálogo (ou debate) e o chamado ao diálogo (ou ao debate) e, outrossim, procurando que os *interessados se integrem* no sistema.

É por isso que, usualmente, se diz que “é necessário distinguir os sistemas de resolução de litígios entre adversariais e não adversariais”<sup>(14)</sup>. Mas a verdade é que, por definição, um litígio (mesmo dito conflito) é, sempre, adversarial. O sistema de solução é que pode, ou não, concentrar-se na firme tentativa de,

---

<sup>11</sup> - Até há controvérsia acerca destes literalismos!

<sup>12</sup> - Sobre estes conceitos, v.g., Gomes Canotilho e Vital Moreira, CRP Anotada, 810/811/812

<sup>13</sup> - Veja-se o art.º 2º da Lei n.º 78/2001, de 13.07, sobre Julgados de Paz.

<sup>14</sup> - Por exemplo, José António Pinto Ribeiro, 1ª Conferência de Meios Alternativos de Resolução de Litígios, 37



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

eliminando ou, pelo menos, reduzindo a adversariedade, eliminar ou, pelo menos, reduzir o litígio (ou dito conflito), como é essência dos Meios Alternativos.

**IV – É aqui que entra a chamada *Justiça de Proximidade*.**

Esta não é mais que *uma forma* de realizar o fim último de todos os Sistemas de Justiça: a obtenção do sentimento de equilíbrio de valores, de forma que, cada um, veja reconhecida a sua dignidade.

Mas Justiça dita de Proximidade porquê?

A meu ver, exactamente na linha do que venho dizendo, porque estes sistemas *privilegiam quer a aproximação humana e geográfica às pessoas em causa, quer a preocupação com a apreciação dos factos*.

São, aliás, duas faces da mesma “moeda”: a *aproximação às pessoas* e a *preocupação com os factos*.

Tudo isto significa que aqueles que se dedicam à chamada Justiça de Proximidade, como os Juízes de Paz, têm de levar ao extremo a natural predisposição de qualquer bom Juiz, de qualquer sistema, procurando, antes de verificarem os factos, compreenderem as pessoas em causa, “introduzirem-se”, *tanto quanto possível nas suas circunstâncias* <sup>(15)</sup>, pois o julgamento de factos acaba por ser, sempre, o julgamento de pessoas e vice-versa, porque há uma *interacção inevitável* entre o eu e as coisas ou, como prefiro dizer, *entre o eu e os factos*. Não sou determinista mas seria anti-natural, creio, não constatar que o exterior e o interior humano se condicionam mutuamente. Se quisermos *concretizar* com um exemplo radical e, porventura, chocante, mesmo os que, como eu, são sentimental e racionalmente *absolutamente contrários ao “homicídio legalizado” que é a pena de morte*, não deixa de ser pensável como seria a minha própria efectiva e imediata reacção face a *circunstâncias* de humana gravidade extrema.

O decisor – concretizemos – o Juiz de Paz – tem de aproximar-se das pessoas e, portanto, das suas circunstâncias. Deve procurar conhecê-las nos seus

---

<sup>15</sup> - **Pois, conforme a frase lapidar de Ortega Y Gasset, “eu sou eu e as minhas circunstâncias”.**



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

contextos tanto quanto possível profundos, para além da simples aparência dos conflitos. *Em Direito, o que parece nem sempre é À Justiça de Proximidade importa saber o que é, não o que parece, ou seja, não tanto ou não só, o que está à vista mas, mais, o que causa o que está à vista. Não importa só, nem principalmente, o que aconteceu mas, porque aconteceu* <sup>(16)</sup>.

Para isto, a Justiça de Proximidade *não pode ser quantificada mas, como tenho dito, qualificada*. A Justiça, aliás, é feita *para* pessoas e, portanto, quando não se tenha em atenção toda a dimensão humana não se compreende, verdadeiramente o conflito.

Por isso, também, penso que a Justiça de Proximidade privilegia a *compreensão* dos factos. É que a compreensão dos factos pressupõe o conhecimento não só das ocorrências materiais mas, mais do que isso, a vertente personalista das pessoas que intervieram nesses factos.

Só compreendendo é que se conhece a essência do que ocorreu e porquê; mais do que sabendo a aparência material que ocorreu, pode haver uma verdadeira compreensão da qual decorre Justiça.

Há uma grande diferença entre o *legista* e o *jurista*. Aquele privilegia a ocorrência evidente e tecnicismo *legal*. Este procura compreender a integridade da conduta humana na procura do *justo*.

E, daí, *jurisprudência: prudência* criadora de Justiça.

É a procura de Justiça Restaurativa: de tranquilidade, de convivência, de segurança justa. Não basta uma composição de litígios. Urge procurar uma justa composição <sup>(17)</sup>.

---

<sup>16</sup> - **A tese do iceberg, a que faz apelo, por exemplo, Béatrice Brenneur, Secretária-Geral do Agrupamento de Magistrados para a Mediação, tanto pode significar o conflito na base do iceberg, a mediação entre a base e o que se vê do iceberg e a extrema sobre a água o possível acordo; como , a meu ver, pode significar que, sobre a água está o conflito e, sob a água, estão as circunstâncias e as motivações do conflito. Pensado de outro modo, lembremo-nos da célebre alegoria de Platão sobre aparências reflectidas nas paredes de uma caverna. Ora, o que a Justiça de Proximidade quer ver, não são as simples aparências são as realidades concretas, humanizadas.**

<sup>17</sup> - Art.º 2.º n.º 1 da Lei n.º 78/2001, de 13.07.





CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO  
DOS JULGADOS DE PAZ

V – Uma última palavra para não maçar mais.

Os Julgados de Paz devem ser céleres. E os Julgados de Paz não podem esquecer as leis do País.

Mas os Julgados de Paz deixariam de ter sentido se não privilegiassem as pessoas, se os Juízes de Paz, os Mediadores e os Funcionários não procurassem dedicar-se às pessoas, ouvi-las, compreendê-las, gastar todo o tempo que for preciso para entenderem os porquês, para saberem que todos – os que ganham e os que perdem – merecem respeito, sabendo que basta ser gente para ter pés de barro e que o que devemos procurar – sejamos, ou não, Juízes – quando *julgamos* um nosso concidadão é pensarmos: Será que eu sei tudo o que aconteceu? Será que eu sei tudo porque aconteceu? Será que eu sei o que *eu próprio faria* em tais circunstâncias?

O Juiz de Paz, Juiz de um Sistema de Proximidade, tem de ser algo como um “João Semana” da Justiça.

Ou, como noutros contextos se tem dito, parafraseando uma celeberrima frase, diria que a *essência da Justiça de Proximidade está em fazer aos outros o que gostaríamos que nos fizessem a nós*.

Muito obrigado

12 de Maio de 2005

J.O. Cardona Ferreira